



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 156/XIII/4.^a
Aprova o Orçamento do Estado para 2019

Proposta de aditamento

CAPÍTULO X

Outras disposições

Artigo 136.º-A

Carta de Risco e intervenções de salvaguarda e valorização do Património Cultural

- 1- Até ao final do primeiro semestre de 2019, o Governo elabora uma Carta de Risco com as prioridades de intervenção de salvaguarda e de investimento no património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional, dando sequência ao Programa Nacional de Emergência do Património Cultural consagrado na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.
- 2- No seguimento do previsto no número anterior, o Governo planifica e calendariza as intervenções necessárias à salvaguarda e preservação do património edificado público classificado ou em vias de classificação a nível nacional, a iniciarem-se no segundo semestre de 2019, sem prejuízo de outras já em curso.
- 3- No ano de 2019, o Governo desenvolve um plano de intervenção específico para a salvaguarda, divulgação e valorização do Património Cultural Imaterial.

Assembleia da República, 15 de novembro de 2018

Os Deputados,

Paulo Sá

Duarte Alves

Ana Mesquita

Nota justificativa: É papel do Estado a salvaguarda, o estudo e a divulgação do património cultural nacional, regional e local, erudito e popular, tradicional ou atual, assente em políticas setoriais que executem este compromisso.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Por isso, o PCP apresentou no Orçamento do Estado para 2018 a proposta de criação de um Programa Nacional de Emergência do Património Cultural para diagnosticar, conhecer e monitorizar as reais necessidades de intervenção e salvaguarda do património material e imaterial, reforçando as condições para o acesso, fruição, estudo e divulgação e prevendo os meios financeiros, técnicos, materiais e humanos necessários para o efeito.

Considerando a continuidade de intervenção que o PCP defende dever ser dada nesta matéria, a presente proposta pretende prosseguir o caminho apontado pela proposta constante do OE2018 e garantir novos passos no sentido da necessária salvaguarda do património cultural do nosso país.

Tendo em conta a necessidade de aprofundamento do serviço público no que concerne às expressões incorpóreas, numa visão integradora e abrangente, o PCP propõe ainda que o Governo desenvolva em 2019 um plano de intervenção específico para a salvaguarda e valorização do Património Cultural Imaterial, respondendo às dificuldades e insuficiências de resposta pública atualmente sentidas nesta área.